Direcção Geral de Justiça
1.ª Repartição

Presidência da Relação de Lisboa

Mapa nominal dos juizes de direito das comarcas pertencentes ao distrito judicial da Relação de Lisboa, que estiveram ausentes dos seus cargos no mês de Abril de 1912, com licença concedida pelo Governo

Nomes	Comarcas em que servem	Dias de licença concedidos	Data do despacho	Número do Diário do Governo	Data em que começaram a gozar a licença	Dias em que reassumiram as suas funções
Alfredo Pinto da Mota	Fundão	30	28-3-1912	74	-	-
António Amaro Caldeira Cancelas (a)	Ponte de Sor	30	9-4-1912	84	22-4-1912	-
António Fortunato Freire Tamudo (b)	Setúbal	30	14-8-1912	62	8-4-1912	-
António Guerreiro Falcão (b)	Abrantes	30	2-4-1912	78	6-4-1912	-
António da Mata Pedroso Barata	Beja	30	23-4-1912	96	29-4-1912	-
Arnaldo Mascarenhas (c)	Caldas da Rainha	39	8-3-1912	58	24-3-1912	29-4-1912
Cristóvão Coelho da Costa Pereira	Serpa	30	28-3-1912	74	-	-
João Alfredo de Carvalho Braga (a)	Odemira	30	14-3-1912	62	18-3-1912	8-4-1912
João António Cardoso	Mértola	30	1-4-1912	78	22-4-1912	-
José António Maria de Sousa Azevedo (d)	Fronteira	60	2-2-1912	29	4-3-1912	-
José Freire de Carvalho Falcão (b)	Monchique	30	22-3-1912	70	8-4-1912	-
José Luciano Correia de Bastos Pina	S. Vicente	60	14-3-1912	62	-	-
José Osório da Cunha Da Mesquita Oliveira Homem	Castelo Branco	30	28-3-1912	74	16-4-1912	-

(a) Anterior.
(b) Por doença.
(c) Sendo sete dias de licença anterior.
(d) Sendo os últimos trinta dias sem vencimentos e concedidos por despacho de 9 de Abril. (*Diário do Governo* n.º 84).

Secretaria da Presidência da Relação de Lisboa, em 6 de Maio de 1912.—O Secretário, *Estevão Abílio de Oliveira*.

Direcção Geral da Justiça, em 10 de Maio de 1912.—O Director Geral, *Germano Martins*.

Despacho efectuado na seguinte data

Carlos Augusto Faisca Caimoto, escrivão da comarca do Seixal—trinta dias de licença. (Pagou os respectivos emolumentos).

Direcção Geral da Justiça, em 11 de Maio de 1912.—O Director Geral, *Germano Martins*.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

Direcção Geral das Alfândegas

Tendo-se reconhecido que, da aplicação da tabela vigente das restituições de direitos dos tecidos importados sob regime de *drawback* para a indústria do rouparia, resultava avultado prejuizo para o Estado:

Atendendo às averiguações a que directa e oficialmente se procedeu nas principais fábricas da alludida industria, e também à conveniência de se ampliar o beneficio do mencionado regime a toda a rouparia destinada a vestuário interior, feminino e masculino, manufacturada não só com tecidos de algodão e de linho, mas ainda com tecidos de lã e de seda: hei por bem, sob proposta do Ministro das Finanças, de conformidade com o parecer emitido acerca do mesmo assunto pelo Conselho do Serviço Técnico Aduaneiro, e nos termos do disposto no § único do artigo 2.º do decreto n.º 1 de 27 de Maio último, decretar o seguinte:

Artigo 1.º As restituições de direitos das matérias primas importadas sob regime de *drawback* para a industria da rouparia serão efectuadas nas alfândegas de Lisboa e Porto, de conformidade com a tabela que deste decreto faz parte integrante e vai assinada pelo Ministro das Finanças.

§ único. As contas correntes organizadas nas alfândegas para as diversas espécies de tecidos importados nos termos do presente artigo, julgar-se hão saldaças logo que pelos fabricantes haja sido realizado o despacho de exportação da quantidade de artefactos manufacturados com cada uma das referidas espécies de tecidos, cujo peso corresponda a 90 por cento da respectiva quantidade pelos mesmos fabricantes importada.

Art. 2.º O pagamento das restituições será feito, mediante os competentes títulos, por encontro nos direitos de quaisquer matérias primas importadas pelos fabricantes exportadores dos artefactos mencionados na respectiva tabela.

Art. 3.º O Conselho do Serviço Técnico Aduaneiro procederá anualmente a revisão da tabela de restituições anexa a este decreto, propondo as modificações que julgue conveniente introduzir-lhe, tendo em vista, para tal fim, as informações das associações industriais e as que forem obtidas pelo exame directo nas fábricas, realizado por empregados aduaneiros.

Art. 4.º Dos tecidos importados sob regime de *drawback* nos termos deste decreto, serão tiradas nas alfândegas as necessárias amostras para confrontação com os tecidos dos artefactos exportados.

Art. 5.º Cessa o direito às restituições de direitos, autorizadas por este decreto se, findo o prazo dum ano contado da data em que forem pagos os direitos dos respectivos tecidos importados, não derem entrada nas alfândegas os correspondentes artefactos destinados a exportação para o estrangeiro ou para as provincias ultramarinas.

Art. 6.º (transitório). As restituições de direitos relativas a exportações já realizadas de artefactos de tecidos de algodão e de linho, cujos processos se achem suspensos nas Alfândegas de Lisboa e Porto, serão liquidadas de conformidade com a tabela anexa a este decreto.

Paços do Governo da República, em 11 de Maio de 1912.—*Manuel de Arriaga*—*Sidónio Bernardino Cardoso da Silva Paes*.

Tabela a que se refere o decreto desta data

Artefactos de rouparia destinados a vestuário interior feminino

Roupas de tecidos de linho ou algodão — Restituição dos direitos do tecido predominante correspondente a 110 por cento do peso total dos artefactos verificado no acto da respectiva exportação.

Roupas constituídas unicamente de tecidos de lã, sem ornatos, rendas ou bordados doutra espécie de tecido que não seja de seda — Idem a 100 por cento, idem.

Roupas constituídas unicamente do tecido de seda, sem ornatos, rendas ou bordados doutra espécie de tecido — idem a 100 por cento, idem.

Artefactos de rouparia destinados a vestuário interior masculino

Camisas de tecido de algodão para o comércio com o gentio (usualmente sem entretelas) — Restituição dos direitos do tecido predominante correspondente a 100 por cento do peso total dos artefactos, verificado no acto da respectiva exportação.

Punhos e colarinhos — Idem a 115 por cento, idem.

Quaisquer outras roupas de tecidos de linho ou de algodão — Idem a 115 por cento, idem.

Roupas constituídas unicamente de tecidos de lã (salvo pequenos acessórios indispensáveis para o seu acabamento) — Idem a 115 por cento, idem.

Roupas constituídas unicamente de tecido de seda (salvo pequenos acessórios indispensáveis para o seu acabamento, compreendendo as entretelas finas dos punhos e colarinhos das camisas) — idem a 98 por cento, idem.

Pjames de tecidos de algodão ou de linho — Idem a 115 por cento, idem.

Pjames constituídos unicamente de tecidos de lã (salvo pequenos acessórios indispensáveis para o seu acabamento) — Idem a 115 por cento, idem.

Ministério das Finanças, em 11 de Maio de 1912.—O Ministro das Finanças, *Sidónio Bernardino Cardoso da Silva Paes*.

Determinando o artigo 31.º da tabela 3.ª, anexa ao decreto n.º 5, de 27 de Setembro de 1894, que, pela assistência aos empregados do tráfego das alfândegas para serviços de verificação, prestados, a requerimento de partes, fora das estações aduaneiras ou das horas do expediente ordinário, são devidas as taxas constantes do citado artigo (actualmente modificadas pelo artigo 365.º do decreto n.º 1, de 27 de Maio último), mas succedendo, por vezes, que os empregados incumbidos desses serviços, tendo comparecido nos lugares para tal fim designados, deixam de desempenhar as funções para que foram requisitados, por culpa dos próprios requerentes ou dos seus representantes; tendo em vista o que sobre o assunto análogo foi regulado por decreto do 6 de Fevereiro de 1902, relativamente aos serviços de verificação e verificação prestados por funcionários do quadro interno aduaneiro, hei por bem, sob proposta do Ministro das Finanças e nos termos do disposto no § único do artigo 2.º do citado decreto n.º 1, de 27 de Maio, determinar que sempre que se dê o caso referido sejam cobrados apenas 50 por cento das taxas indicadas no já mencionado artigo 365.º do mesmo decreto, sendo abonadas pelos interessados aos respectivos empregados as despesas de transporte.

Paços do Governo da República, em 11 de Maio de 1912.—*Manuel de Arriaga*—*Sidónio Bernardino Cardoso da Silva Paes*.

Direcção Geral das Contribuições e Impostos

4.ª Repartição

Por decretos de 4 do corrente mês, com o visto do Conselho Superior da Administração Financeira do Estado, de 8 do mesmo mês:

António Leite de Macedo, aspirante de finanças do concelho de Arcos de Valdevez—transferido, como requereu, para idêntico lugar no concelho de Ponte do Lima, vago pela transferência de Félix Gomes de Araújo Alvares.

Domingos Miguel da Cunha Velho, aspirante de finanças do concelho de Braga—transferido, como requereu, para idêntico lugar no concelho de Arcos de Valdevez, vago pela transferência de António Leite de Macedo.

Félix Gomes de Araújo Alvares, aspirante de finanças do concelho de Ponte do Lima—transferido, como requereu; para idêntico lugar no concelho de Braga, vago pela transferência de Domingos Miguel da Cunha Velho.

Luís do Couto Pinto, aspirante adido colocado, provisoriamente, como praticante na inspecção distrital de finanças de Faro—transferido, como requereu, para idêntico lugar na de Praga, vago pela transferência de Augusto Cerqueira de Mesquita, para a do Porto, ordenada por decreto de 3 de Fevereiro do corrente ano.

Por despacho ministerial de 10 do corrente mês: José Henriques de Castro Pereira e Sola, juiz das execuções fiscaes do distrito fiscal do Porto—concedida licença de trinta dias para tratar da sua saúde, com a faculdade de os poder gozar no estrangeiro. José Machado, secretário de finanças do concelho de Alfândega da Fé—concedida licença de trinta dias, nos termos do § 1.º do artigo 30.º do decreto, com força de lei, de 26 de Maio de 1911.

Frederico Augusto de Barbosa Faria Júnior, aspirante de finanças do concelho de Ponta do Sol—concedida licença de noventa dias, sem vencimento, nos termos do § 3.º do supra mencionado artigo 30.º

(Todos estes funcionários devem satisfazer os respectivos emolumentos, como determina o decreto de 16 de Junho de 1911).

Por despacho de 9 do corrente: António da Costa e Silva, chefe fiscal dos impostos em serviço em Lisboa—concedida a licença de quarenta e cinco dias, sem vencimento, para gozar no estrangeiro, devendo satisfazer os respectivos emolumentos.

Por despacho de 11 do corrente: Alberto Gomes Fróis, fiscal de 1.ª classe dos impostos em serviço no concelho de Pedreineira—concedida a licença de 26 dias, nos termos do artigo 29.º do decreto com força de lei de 26 de Maio de 1911, devendo satisfazer os respectivos emolumentos.

Direcção Geral das Contribuições e Impostos, em 11 de Maio de 1912.—O Director Geral, *Júlio Maria Baptista*.

MINISTÉRIO DA GUERRA

2.ª Direcção Geral

8.ª Repartição

1.ª Secção

António de Queiroz Vaz Guedes, único herdeiro e testamentario do general reformado, Adriano Frederico Pimenta da Gama, falecido em 12 de Dezembro de 1911, requere o vencimento deixado na Fazenda Nacional pelo referido official general.

Esta pretensão será definitivamente resolvida, se findar sem impugnação o prazo de trinta dias de editos, contado da publicação do presente anúncio.

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Direcção Geral dos Negócios Comerciais e Consulares

1.ª Repartição

Em 3 do corrente, comunicou a esta Secretaria de Estado a Legação da Alemanha haver o Governo Egípcio aderido à conversão rádio-telegráfica internacional, de 3 de Novembro de 1906.

Direcção Geral dos Negócios Comerciais e Consulares, em 11 de Maio de 1912.—*A. F. Rodrigues Lima*.

MINISTÉRIO DO FOMENTO

Secretaria Geral

Em harmonia com o disposto no decreto, com força de lei, de 23 de Maio de 1911, que remodelou o ensino industrial e comercial cometido ao Instituto Industrial e Comercial de Lisboa, confiando-o a duas escolas inteiramente autónomas sob a designação de Instituto Superior Técnico e Instituto Superior de Comércio, e usando da autorização conferida pelo mesmo decreto: hei por bem decretar o seguinte:

Organização do Instituto Superior de Comércio

CAPÍTULO I

Organização de estudos

SECÇÃO I

Disciplinas e cursos

Artigo 1.º O Instituto Superior de Comércio, criado por decreto de 23 de Maio de 1911, é um estabelecimento de ensino superior, com autonomia pedagógica e administrativa, mantido pelo Ministério do Fomento, tendo por fim ministrar aos seus alunos uma instrução desenvolvida e adaptada às necessidades económicas e comerciais do país.

Art. 2.º O ensino ministrado no Instituto Superior de Comércio abrange as disciplinas as seguintes cadeiras:

- 1.ª Elementos de álgebra superior. Geometria analítica. Cálculo diferencial.
- 2.ª Cálculo integral e de probabilidades. Estatística matemática.
- 3.ª Física.
- 4.ª Química geral, inorgânica e orgânica e elementos de análise.
- 5.ª Matérias primas.
- 6.ª Análise e classificação pautal de mercadorias. Falsificações.
- 7.ª Economia política. Estatística. Legislação industrial.
- 8.ª Princípios de direito natural, público, civil e administrativo.
- 9.ª Direito comercial e marítimo.
- 10.ª Direito internacional público.
- 11.ª Direito internacional privado. Legislação consular.

12.ª Direito fiscal. Evolução do imposto. Tratados de comércio.

13.ª Geografia económica. Comunicações e transportes terrestres e fluviais.

14.ª Geografia económica de Portugal e colónias. Migração e colonização.

15.ª Portos comerciais, nacionais e estrangeiros. Armamentos marítimos. Exploração comercial do navio. Indústrias do mar.

16.ª Mercados comerciais. História do comércio e da indústria.

17.ª Operações comerciais, Contabilidade geral.

18.ª Especulação comercial. Contabilidade bancária. Instituições comerciais.

19.ª Contabilidade industrial. Contabilidade do Estado.

20.ª Operações financeiras a longo prazo.

21.ª Seguros. Instituições de previdência. Contabilidade de seguros.

22.ª Climatologia. Higiene geral e colonial. Profilaxia internacional.

§ único. A 3.ª e 4.ª cadeiras, serão frequentadas no Instituto Superior Técnico ou em qualquer outra escola superior, para onde os alunos receberão a competente guia.

Art. 3.º Com as disciplinas indicadas no artigo antecedente são constituídos os seguintes cursos:

- 1.º Curso especial de agentes comerciais.
- 2.º Cursos superiores:
 - a) Curso aduaneiro;
 - b) Curso consular;
 - c) Curso superior de comércio.

Art. 4.º A organização destes cursos é a que consta do quadro n.º 1 junto a este decreto.

§ 1.º Além dos cursos estabelecidos no artigo antecedente, poderão instituir-se outros, cuja necessidade o conselho escolar reconheça de futuro.

§ 2.º A composição dos cursos e os títulos e programas das cadeiras poderão ser modificados pelo conselho escolar, sob proposta da comissão de aperfeiçoamento do ensino.

Art. 5.º O ensino será teórico e prático.

§ 1.º O ensino teórico consta da exposição, feita pelo professor, da matéria que constitui e todo o programa da cadeira e será ministrado nas aulas.

§ 2.º O ensino prático será ministrado, segundo programas especiais:

- a) No laboratório de análise de matérias primas;
- b) No laboratório de análise de mercadorias e falsificações;
- c) Nos escritórios comerciais;
- d) Na aula prática de operações financeiras;
- e) Nos cursos práticos das línguas francesa, inglesa e alemã;
- f) Nos cursos de dactilografia, estenografia e caligrafia.

Art. 6.º O ensino será completado por visitas, missões de estudo e tirocínios, nos estabelecimentos particulares e do Estado.

Art. 7.º Os tirocínios para os alunos dos cursos aduaneiro, consular e superior do comércio, realizar-se hão no último ano de cada um destes cursos em estabelecimentos particulares e nos do Estado.

§ 1.º O director do Instituto solicitará, das entidades oficiais e particulares, que sejam admitidos a tirocínio estes alunos.

§ 2.º Os horários das aulas serão organizados, tanto quanto possível, de forma que seja compatível o tirocínio com a frequência no Instituto.

§ 3.º Os alunos, que tenham feito tirocínio, deverão apresentar ao director uma breve memória sobre os exercícios de instrução prática executados, e um atestado, passado pela direcção do estabelecimento ou Repartição em que tirocinaram, comprovativo do aproveitamento realizado.

§ 4.º Os alunos que, na memória e atestado apresentados, tenham manifestado pouco aproveitamento, serão obrigados a mais seis meses de tirocínio, findos os quais, se tiverem provado a sua capacidade, ser-lhes-há passada a carta de curso.

Art. 8.º O curso superior de comércio é destinado a formar *comerciantes* ou pessoal técnico para os cargos de administradores, gerentes, actuários e guarda-livros de empresas comerciais, bancárias e industriais, e bem assim constitui habilitação:

- a) *Exclusiva* para o professorado das escolas secundárias e elementares de comércio, e para os lugares de adidos comerciais;

b) *De preferência* para os lugares de professores de ensino superior comercial, das Direcções Gerais de Fazenda Pública, de Estatística, de Contabilidade Pública, da Fiscalização das Sociedades Anónimas, da Secretaria do Conselho Superior da Administração Financeira do Estado, e, em geral, para os lugares de todas as Repartições do Ministério das Finanças.

c) *De preferência* ainda para os lugares da Direcção Geral do Comércio e Indústria.

Art. 9.º O curso superior de comércio e o curso aduaneiro constituem habilitação de preferência para os lugares das alfândegas.

Art. 10.º O curso consular constitui habilitação de preferência para os lugares de cônsules de 1.ª e 2.ª classes.

Art. 11.º O curso de agentes comerciais é destinado a habilitar pessoal auxiliar para os serviços do comércio e da indústria.

Art. 12.º Habilitando qualquer dos cursos professados neste Instituto para determinado lugar, será sempre preferido, para o exercício do cargo, o candidato diplomado com o Curso Superior de Comércio em igualdade de circunstâncias.

SECÇÃO II

Condições de matrícula

Art. 13.º Todo o indivíduo nacional ou estrangeiro poderá ser admitido à primeira matrícula no Instituto, reunindo as condições seguintes:

- a) Não padecer de moléstia contagiosa.
- b) Ter exame do curso complementar (ciências) dos liceus ou habilitações de qualquer escola estrangeira, de reconhecida reputação, às quais o conselho escolar reconheça equivalência.

§ 1.º Se o requerente não possuir as habilitações exigidas na alínea b) deste artigo e tiver, pelo menos, dezasseis anos de idade, poderá matricular-se depois de previamente aprovado num exame de admissão, que versará sobre as disciplinas do curso preparatório liceal. O programa e regulamento deste exame serão elaborados e publicados oportunamente pelo conselho escolar.

§ 2.º Sempre que quaisquer cadeiras do Instituto façam parte dalgum curso doutra escola oficial, os alunos dessa escola, mesmo que não tenham os preparatórios exigidos na alínea b) deste artigo, poderão ser matriculados nas referidas cadeiras, quando a informação escrita dos respectivos professores, submetida ao voto do conselho escolar, lhes for favorável.

Art. 14.º Haverá no Instituto duas classes de alunos:

a) *Ordinários*, os que na frequência dos cursos seguem a ordem estabelecida no quadro n.º 1, junto a este decreto, matriculando-se em todas as disciplinas de qualquer ano e tendo aprovação nas do ano ou anos antecedentes.

b) *Voluntários*, os que não seguem aquela ordem, devendo contudo sujeitar-se às precedências.

§ único. Nenhum aluno poderá matricular-se em mais de cinco cadeiras do mesmo ano lectivo, salvo circunstâncias extraordinárias, que serão submetidas à resolução do conselho escolar.

Art. 15.º O candidato à primeira matrícula deve dirigir um requerimento ao director em que declare:

- 1.º Nome, idade, naturalidade, filiação e residência.
- 2.º Classe a que quer pertencer.
- 3.º Curso que pretende seguir.
- 4.º Ano ou cadeiras em que deseja matricular-se.

§ 1.º Para a primeira matrícula deve o requerimento ser acompanhado de documentos legais que provem:

- a) Que o requerente está nas condições da alínea a) do artigo 13.º
- b) Que satisfaz às disposições da alínea b) daquele citado artigo ou que obteve aprovação no exame de admissão, a que se refere o § 1.º do mesmo artigo.

§ 2.º Para a matrícula nos anos subsequentes, deverá a secretaria do Instituto dar a sua informação por escrito, no requerimento, sobre as condições em que se encontra o aluno.

§ 3.º Os documentos a que se referem os parágrafos antecedentes não serão restituídos em caso algum e ficarão pertencendo ao arquivo do Instituto.

§ 4.º A matrícula dos alunos das outras escolas oficiais, nas condições do § 2.º do artigo 13.º será feita em presença de uma guia, passada pela secretaria da escola a que o aluno pertença, em que se declare o nome, idade, naturalidade e filiação do candidato à matrícula e as cadeiras que deve frequentar no Instituto.

Art. 16.º Realizada que seja a primeira matrícula do aluno, a secretaria fornecer-lhe-há uma caderneta, em que serão lançados os diversos registos de matrículas e de actos finais, a qual será apresentada na mesma secretaria, no começo dos anos lectivos subsequentes, por ocasião da renovação da matrícula, e no fim de cada época de exames finais.

Art. 17.º O aluno que obtiver aprovação em qualquer cadeira não poderá mais inscrever-se nela.

Art. 18.º Nenhum aluno poderá frequentar mais de três anos lectivos uma mesma cadeira, salvo quaisquer circunstâncias extraordinárias, que o conselho escolar apreciará devidamente.

Art. 19.º O prazo de apresentação dos requerimentos para a matrícula é de 15 a 30 de Setembro.

§ único. A matrícula dos alunos efectua-se de 1 a 15 de Outubro.

Art. 20.º Os alunos, no acto da assinatura do termo

de matrícula, serão obrigados ao pagamento das propinas que constam do quadro n.º 2, junto a este decreto.

§ 1.º Os alunos, sem meios de fortuna suficientes, poderão ser dispensados, pelo director, do pagamento de parte ou da totalidade das propinas. Esta regalia não será concedida novamente, se o resultado dos estudos do ano anterior não tiver sido satisfatório.

§ 2.º A matrícula pode ser requerida e efectuada por procuração, passada nos termos do direito.

Art. 21.º As propinas das matrículas dar-se-há a aplicação que a comissão administrativa julgar mais conveniente.

SECÇÃO III

Distribuição do tempo

Art. 22.º O ano escolar começa em 1 de Outubro e termina em 15 de Agosto; o ano lectivo principia no dia 16 de Outubro e acaba em 30 de Junho.

§ único. O Conselho Escolar fixará anualmente os dias de abertura e encerramentos das aulas dentro do período compreendido entre 16 de Outubro e 30 de Junho.

Art. 23.º São feriados os dias: 5 de Outubro, 1 de Dezembro, 24 de Dezembro a 1 de Janeiro, 31 de Janeiro, segunda e terça-feira de Carnaval, desde domingo de Ramos a segunda-feira de Pascoa e 10 de Junho. As férias grandes duram de 16 de Agosto a 30 de Setembro.

Art. 24.º As aulas poderão ser diurnas ou nocturnas, conforme as conveniências do ensino.

Art. 25.º Perde o ano em qualquer disciplina o aluno que, nas aulas teóricas, dê um número de faltas igual ou superior a um terço das lições dadas pelo professor.

§ 1.º No ensino prático, a que se refere o § 2.º do artigo 5.º, esse limite é reduzido a um quarto do número de sessões de trabalhos práticos, realizadas durante o ano lectivo.

§ 2.º A perda do ano em qualquer das partes teórica ou prática dum cadeira implica a perda do ano nessa cadeira.

Art. 26.º As faltas às repetições ou conferências são contadas por duas e delas se fará nota especial.

Art. 27.º O horário dos serviços escolares deverá ser submetido à aprovação do Conselho Escolar.

SECÇÃO IV

Provas de frequência e finais

Art. 28.º Todos os alunos são obrigados durante o ano lectivo a prestar as provas que lhes forem exigidas pelos professores.

Art. 29.º Haverá anualmente na parte teórica de cada cadeira, pelo menos, dois exames de frequência, os quais versarão sobre matéria já exposta pelo professor, mediante aviso afixado com oito dias de antecedência.

§ 1.º Todo o professor que considerar desnecessários estes exames poderá ser dispensado pelo director de os exigir.

§ 2.º No ensino prático poderá haver também exames de frequência, se o respectivo professor assim o entender e o director o autorizar.

Art. 30.º Perde o ano o aluno que, sem motivo justificado, faltar a qualquer dos exames de frequência.

Art. 31.º As notas de todas as provas de frequência, serão expressas em valores numéricos de 0 a 20, correspondendo os números 18 a 20 a classificação *muito boa*; 14 a 17 *boa*; 10 a 13 *suficiente*; 5 a 9 *mediocre*; 0 a 4 *má*.

§ único. O quociente inteiro, da soma dos valores numéricos obtidos em cada prova de frequência pelo número delas, dará a média. Quando o primeiro algarismo decimal deste quociente for igual ou superior a cinco juntar-se há uma unidade à parte inteira.

Art. 32.º Na parte teórica de cada cadeira haverá exame final, que versará sobre todas as matérias professadas durante o ano e oxaradas nos programas.

§ 1.º Nas cadeiras em que o ensino seja ministrado teórico e praticamente deverá o exame final constar de duas provas: uma prática e outra teórica.

§ 2.º A prova prática antecederá a teórica; não satisfazendo o aluno àquela, não será admitido a esta, e ficará por esse facto *excluído*, com a classificação que o júri lhe atribuir.

§ 3.º As passagens de ano, nos cursos de línguas, de dactilografia, estenografia e caligrafia, far-se-hão por média, considerando-se em condições de passar para o ano seguinte, o aluno que obtiver média final de 10 ou mais valores, em cada uma das matérias daqueles cursos.

§ 4.º As épocas de exames finais são duas:

- a) Ordinária de 1 de Julho a 15 de Agosto.
- b) Extraordinária de 1 a 10 de Outubro.

§ 5.º Só serão admitidos a exame final na época extraordinária os alunos que, por motivo de doença ou outra causa de força maior devidamente comprovada, não puderem comparecer na época ordinária e justificarem o facto nos dois dias imediatos ao que foi fixado para o exame.

Art. 33.º Aos exames finais deverão submeter-se os alunos que, tanto na parte teórica como na parte prática de qualquer cadeira, tenham uma média final igual ou superior a 7 e inferior a 14 valores.

§ 1.º Os alunos que tiverem uma média final inferior a 7 valores na parte teórica ou na parte prática de qualquer cadeira, perdem o ano nessa cadeira.

§ 2.º Os alunos que tiverem uma média final igual ou superior a 14 valores, tanto na parte teórica como na parte prática de qualquer cadeira, são dispensados de

exame final e considerados aprovados com a média dessas duas médias finais.

Art. 34.º Os exames finais são feitos perante um júri composto pelo professor da cadeira e mais dois nomeados pelo conselho escolar.

Art. 35.º A classificação do exame final faz-se em valores numéricos, conforme o artigo 31.º, arbitrando cada membro do júri um número compreendido entre 0 e 20. A soma destes números dividida pelo número de vogais constitui o resultado final do exame, desprezando-se as fracções menores que 0,5 e arredondando-se as fracções 0,5 ou maiores para a unidade imediatamente superior.

§ 1.º Considera-se *distinto* o aluno que obtiver pelo menos 16 valores.

§ 2.º Considera-se *excluído* o examinando que obtiver classificação inferior a 10 valores.

§ 3.º No caso do aluno desistir do exame durante o acto, o júri classificará ou não a prova já dada, conforme entender e for de justiça.

Art. 36.º Imediatamente depois do exame final, lavrar-se-á um termo, em livro especial, que será assinado pelos três membros do júri.

§ 1.º No mesmo livro serão lançados os termos de passagem por média, considerados como aprovações em exame, assinados pelo professor da cadeira, ou por quem o substituir, e visados pelos outros dois membros do júri.

§ 2.º Haverá um livro de termos onde serão lançados os nomes dos alunos que, nos cursos de língua e de dactilografia, estenografia e caligrafia, tenha alcançado média de passagem. Cada um destes termos será assinado pelo professor da disciplina e pelo director ou professor seu delegado.

§ 3.º Todas as vezes que o director ou professor delegado não concorde com a classificação dada ao aluno, pelo professor da disciplina, poderá recusar-se a assinar o termo, sendo neste caso o aluno submetido a um exame nos termos do artigo 33.º

SECÇÃO V

Prémios e pensões

Art. 37.º Distribuir-se-ão anualmente no Instituto os prémios *Almeida e Albuquerque, João António Vieira* e outros que forem instituídos por legados e donativos.

§ único. O conselho escolar determinará oportunamente as regras a observar na concessão dos prémios.

Art. 38.º O aluno que concluir o curso superior de comércio com a classificação média final, igual ou superior a 16 valores, será recomendado ao Governo, para que lhe conceda uma pensão para ampliar no estrangeiro, durante dois anos, a sua educação profissional, se as condições do fortuna do aluno lhe não permitirem realizar a sua custa esse estudo.

§ único. Para que esta pensão lhe seja mantida, é indispensável que o subsidiado envie semestralmente ao conselho escolar um relatório sobre os estudos de que se tenha ocupado no estrangeiro, pelo qual se prove a sua aplicação.

SECÇÃO VI

Cartas de curso

Art. 39.º Aos alunos que hajam completado os estudos teóricos, práticos e o tirocínio de qualquer dos cursos professados no Instituto passar-se-á o correspondente diploma, cujo modelo será aprovado pelo conselho escolar.

§ 1.º A propina da carta de curso é a que vai fixada no quadro n.º 3, junto a este decreto.

§ 2.º O aluno que obtiver em qualquer dos cursos a classificação média final, igual ou superior a 16 valores, será dispensado do pagamento desta propina.

Art. 40.º Não se passará mais de uma carta do mesmo curso a cada indivíduo, salvo autorização do conselho escolar, que será mencionada na carta, e pagando o recorrente, de emolumentos, o dobro da propina.

SECÇÃO VII

Penas disciplinares aplicáveis aos alunos

Art. 41.º As penas disciplinares aplicáveis aos alunos são:

- 1.ª Repreensão;
- 2.ª Expulsão temporária;
- 3.ª Expulsão definitiva.

§ 1.º A primeira e a segunda destas penas podem ser impostas pelo director, não devendo a segunda exceder o prazo de oito dias.

§ 2.º A expulsão por mais de oito dias só poderá ser aplicada pelo director, precedendo consulta favorável por maioria de votos da comissão disciplinar, que ouvirá previamente o aluno acusado.

§ 3.º A expulsão definitiva só poderá ser aplicada pelo director, precedendo consulta favorável por maioria de votos do conselho escolar, sob proposta da comissão disciplinar, depois de ouvido o aluno acusado.

SECÇÃO VIII

Estabelecimentos anexos

Art. 42.º Os estabelecimentos auxiliares de ensino anexos ao Instituto, são:

- 1.º Biblioteca;
- 2.º Museu de matérias primas e de mercadorias;
- 3.º Laboratórios para análise de matérias primas e de mercadorias;
- 4.º Gabinete de cartas e modelos para estudo das disciplinas compreendidas nas cadeiras 13.ª e 14.ª;
- 5.º Gabinete de aparelhos e modelos para estudo das disciplinas compreendidas na 15.ª cadeira;

6.º Escritórios comerciais e de operações financeiras.

§ 1.º Cada um destes estabelecimentos terá o seu regulamento especial aprovado pelo conselho escolar.

§ 2.º Fica ao arbitrio do conselho escolar, de acordo com a comissão administrativa, modificar o número de estabelecimentos anexos.

Art. 43.º A direcção superior de cada um dos estabelecimentos anexos, quando façam parte integrante do ensino de qualquer cadeira, compete exclusivamente ao professor da mesma cadeira.

Art. 44.º Os laboratórios poderão servir, além da sua missão pedagógica, para executar as análises, ensaios e mais trabalhos que forem solicitados, pelas estações oficiais ou por entidades particulares.

Art. 45.º O Instituto é reconhecido como entidade oficial competente, para responder a todas as consultas que lhe sejam dirigidas, sobre assuntos que se compreendam dentro do quadro das suas cadeiras e estabelecimentos anexos.

§ 1.º As consultas serão sempre remuneradas, salvo as dirigidas pelas estações oficiais.

§ 2.º Dois terços da importância das análises e consultas revertem a favor de quem as executar, e o terço restante a favor do Instituto.

CAPÍTULO II

Corpo de ensino

SECÇÃO I

Pessoal docente

Art. 46.º O corpo docente é constituído pelos professores ordinários, extraordinários e auxiliares.

§ 1.º Professores ordinários são os nomeados vitaliciamente depois de findo o tirocínio.

§ 2.º Professores extraordinários são aqueles cuja nomeação é temporária e de tirocínio, devendo este durar dois anos completos de exercício.

§ 3.º Professores auxiliares são os especialmente incumbidos de dirigir os trabalhos práticos das cadeiras 17.ª, 18.ª, 19.ª, 20.ª e 21.ª, segundo as indicações dos respectivos professores, e de substituir estes nos seus impedimentos. A primeira nomeação dos professores auxiliares é temporária e de tirocínio por dois anos.

Art. 47.º Os professores ordinários, extraordinários e auxiliares são inamovíveis; não podendo ser suspensos, nem demitidos ou de qualquer forma destituídos dos seus direitos, senão nos casos e pelas formas prescritas no presente decreto.

Art. 48.º Compete aos professores ordinários e extraordinários:

1.º Reger a respectiva cadeira, segundo o programa previamente aprovado pelo conselho escolar;

2.º Dirigir os trabalhos de demonstração, as experiências e em geral o ensino prático correspondente à cadeira;

3.º Dirigir os estabelecimentos anexos a seu cargo;

4.º Dirigir as visitas de instrução prática dos alunos;

5.º Fazer parte dos júris dos exames finais;

6.º Assistir às sessões do conselho escolar;

7.º Formular e apresentar anualmente ao conselho escolar, o programa das matérias da cadeira e do ensino prático, e os pontos para os exames finais;

8.º Fazer parte dos júris dos concursos para o provimento dos lugares de professores.

9.º Regular o serviço do pessoal incumbido de os coadjuvar no ensino;

10.º Informar sobre os assuntos em que o conselho escolar ou o director do Instituto julgue dever ouvi-los;

11.º Fazer parte de todas as comissões relativas ao ensino e ao serviço do instituto, para que forem nomeados pelo conselho escolar;

12.º Propor ao conselho escolar tudo quanto seja conducente a melhorar e desenvolver o ensino;

13.º Participar ao director do Instituto qualquer impedimento que os obrigue a faltar à regência das cadeiras, às sessões do conselho escolar ou a qualquer outro serviço.

§ único. É também extensivo aos professores auxiliares o que fica indicado e lhes for aplicável.

Art. 49.º Os professores, ao entrar para as aulas, deverão assinar a folha de presença.

Art. 50.º Para substituir temporariamente qualquer professor, o conselho escolar convidará um dos seus membros para exercer essa regência.

§ 1.º O professor convidado fica com a livre faculdade de aceitar ou não o convite.

§ 2.º Não sendo possível fazer a substituição dentro do pessoal docente, o mesmo conselho convidará então a pessoa que julgar mais competente para a regência temporária.

Art. 51.º Nenhum professor ordinário ou extraordinário poderá ser obrigado a reger mais de duas cadeiras e a dar mais de seis horas de lição por semana na parte teórica das mesmas cadeiras.

§ único. Se o professor for incumbido da regência dum terceira cadeira, terá direito à gratificação de exercício fixada no quadro n.º 4.º junto a este decreto.

SECÇÃO II

Director

Art. 52.º O Instituto terá um director nomeado pelo Governo, e escolhido entre os professores ordinários.

§ único. O lugar de director é de comissão.

Art. 53.º O director é responsável, perante o Ministro do Fomento, com o qual comunica directamente,

pela regularidade de todos os serviços escolares e administrativos, e como tal deve:

1.º Superintender no ensino e em todos os serviços do Instituto e seus anexos.

2.º Enviar anualmente ao Governo um relatório sobre o movimento escolar, técnico e económico do Instituto.

3.º Presidir aos júris de concurso.

4.º Convocar e presidir ao Conselho Escolar, à Comissão Administrativa, à comissão de aperfeiçoamento de ensino e fazer executar as suas resoluções.

5.º Conceder as licenças ao pessoal, em conformidade com as disposições regulamentares.

6.º Propor ao Governo a aposentação, suspensão e demissão dos funcionários do Instituto, de acordo com o conselho escolar e nos demais termos deste decreto.

7.º Autorizar as matrículas.

8.º Autorizar, com despacho, todas as certidões passadas pela secretaria, extrahidas dos livros do Instituto, e se refram a actos a que se possa dar publicidade.

9.º Aplicar as penas, cuja alçada lhe pertença.

10.º Assinar as cartas e diplomas que o Instituto passar.

11.º Cumprir e fazer cumprir as leis e regulamentos em vigor.

12.º Tomar em casos urgentes as resoluções que as circunstâncias extraordinárias reclamarem, dando conhecimento das providências adoptadas ao conselho escolar, sempre que envolvam matéria da competência deste.

Art. 54.º O Instituto terá um sub-director nomeado pelo Governo, sob proposta do director.

SECÇÃO III

Conselho escolar

Art. 55.º O conselho escolar é constituído pelos professores ordinários, extraordinários e auxiliares.

§ 1.º Preside ao conselho o director do Instituto ou no seu impedimento o sub-director.

§ 2.º Servirá de secretário do conselho o professor mais moderno.

§ 3.º Todos os vogais do conselho tem voto deliberativo.

§ 4.º Os professores extraordinários e os auxiliares, ainda não providos definitivamente, não tomarão parte nas decisões do conselho, em que se tratar das votações relativas aos provimentos definitivos.

§ 5.º Os individuos estranhos ao pessoal docente do Instituto, que forem encarregados de reger temporariamente qualquer cadeira, nos termos do § 2.º do artigo 50.º, não terão assento no conselho.

Art. 56.º O conselho escolar reúne por convocação do director, ou quando um terço dos seus vogais o solicite por escrito, devendo indicar ao director os assuntos que se propõem tratar.

§ único. As convocações para as sessões do conselho, serão feitas por aviso escrito da secretaria, designando o dia, a hora e os assuntos a tratar, aviso que será expedido com vinte e quatro horas, pelo menos de antecipação, salvo o caso de maior urgência.

Art. 57.º Para haver sessão do conselho é preciso que esteja presente a maioria dos professores em exercício.

§ único. Quando não chegue a reunir a maioria, far-se-á nova convocação, realizando-se a sessão com qualquer número.

Art. 58.º O professor que faltar à sessão é obrigado a motivar a falta perante o director.

Art. 59.º Os trabalhos das sessões realizar-se-ão pela seguinte ordem:

1.º Leitura da acta da sessão anterior, sua discussão e votação;

2.º Leitura da correspondência recebida;

3.º Discussão, durante meia hora, de quaisquer assuntos antes da ordem do dia;

4.º Discussão e votação dos assuntos dados para ordem do dia.

§ 1.º Só podem tomar-se deliberações sobre os assuntos designados nos avisos convocatórios, salvo os casos em que o Conselho votar a urgência.

§ 2.º O assunto, cuja urgência for votada nos termos do parágrafo anterior, será sempre tratado depois da ordem do dia.

Art. 60.º Todas as questões submetidas à deliberação do Conselho serão resolvidas, em votação aberta, por pluralidade de votos.

§ único. Havendo empate na votação terá o presidente voto de qualidade.

Art. 61.º As actas das sessões deverão indicar os assuntos deliberados pelo Conselho e as declarações de voto dos seus membros, e na íntegra, as justificações de voto e as propostas apresentadas com a disposição exacta das votações havidas.

§ único. A acta de cada sessão será lida na sessão imediata e, depois de aprovada, deverá ser lançada em livro especial e assinada pelo director e pelo secretário do conselho.

Art. 62.º Compete ao Conselho Escolar:

1.º Cumprir e fazer cumprir todas as disposições das leis e regulamentos em vigor;

2.º Regular todos os serviços de ensino;

3.º Formular os programas e mais instruções relativas aos concursos para o provimento dos lugares do Instituto;

4.º Decidir sobre o provimento definitivo dos professores e mais pessoal do Instituto;

5.º Resolver sobre a regência das disciplinas temporárias.

riamente vagas, conforme as disposições do artigo 50.º e seus parágrafos;

6.º Eleger os vogais de todas as comissões de serviço, nos termos regulamentares;

7.º Aplicar as penas, cuja alçada lhe pertença, nos termos deste decreto;

8.º Deliberar sobre a criação de novos cursos e modificações a introduzir nos actuaes e seus programas, conforme o proceituado nos §§ 1.º e 2.º do artigo 4.º;

9.º Elaborar o programa do exame de admissão;

10.º Pronunciar-se sobre a equivalência das habilitações dos candidatos à primeira matrícula, diplomados por escolas estrangeiras;

11.º Estabelecer as condições em que serão concedidos os prémios de que trata a secção V do capítulo I;

12.º Organizar o quadro das precedências das cadeiras;

13.º Fixar os dias de abertura e encerramento das aulas;

14.º Fazer publicar um anuário em que se dê conta da vida escolar do Instituto;

15.º Propor ao Governo tudo o que julgar conveniente para bem do ensino e dos serviços escolares.

§ único. O Conselho Escolar é a única entidade competente para resolver qualquer dúvida que se levante na interpretação da presente organização escolar, podendo modificá-la, ampliá-la ou restringi-la em tudo quanto não seja contrário ao seu espírito e não aumente os encargos orçamentais.

Art. 63.º O Conselho Escolar tem por dever dar parecer sobre todos os assuntos da sua competência em que for consultado pelo Governo, pelo director ou por qualquer dos seus vogais.

SECÇÃO IV

Pessoal auxiliar de ensino

Art. 64.º Constitue o pessoal auxiliar de ensino:

- 1.º Um chefe de laboratórios;
- 2.º Um conservador do museu.

§ único. Os lugares de chefe de laboratórios e de conservador são de nomeação vitalícia, que só se poderá tornar definitiva depois de dois anos de tirocinio.

Art. 65.º Ao chefe de laboratórios compete presidir a todos os serviços que se executem nos laboratórios de matérias primas e de análise de mercadorias e falsificações, zelar pela boa conservação do material existente nestes anexos, coadjuvar o ensino e guiar os alunos nos seus trabalhos práticos, procedendo sempre em conformidade com as indicações do respectivo professor.

Art. 66.º Ao conservador compete especialmente ordenar e conservar todo o material pertencente ao museu de matérias primas e mercadorias, fazer as preparações que forem necessárias e auxiliar o director deste anexo, em todos os trabalhos de ensino e estudo, conforme as instruções que dele receber.

Art. 67.º O pessoal auxiliar do ensino fica directamente subordinado aos directores dos respectivos anexos, e compete-lhe também catalogar e ter sempre em dia os registos do material dos estabelecimentos a seu cargo.

SECÇÃO V

Pessoal comissionado

Art. 68.º Os lugares de professores de línguas, de dactilografia, de estenografia e de caligrafia são de comissão, a que correspondem vencimentos de exercício durante os meses em que funcionem estes cursos, podendo o director, de acordo com o conselho escolar, proceder livremente à sua nomeação, suspensão e demissão.

Art. 69.º Compete a estes professores ministrar o ensino das disciplinas de que forem encarregados, segundo as instruções recebidas do conselho escolar por intermédio do director.

Art. 70.º Os cursos de línguas, de dactilografia, estenografia e caligrafia funcionam desde 1 de Novembro até 31 de Maio, não podendo o pessoal desta secção ser obrigado a mais de dezoito horas de serviço por semana.

Art. 71.º Cumpre ao conselho escolar, em face das indicações da comissão administrativa, fixar anualmente o número de professores comissionados.

SECÇÃO VI

Comissão de aperfeiçoamento de ensino

Art. 72.º Haverá uma comissão denominada comissão de aperfeiçoamento de ensino, incumbida de propor ao conselho escolar o que julgar vantajoso, para o melhoramento do ensino comercial, tendo em atenção os progressos da ciência, as conveniências pedagógicas e as necessidades da vida prática.

§ único. Sobre os programas das cadeiras e do ensino prático será sempre ouvida esta comissão.

Art. 73.º A comissão de aperfeiçoamento do ensino compõe-se:

- 1.º Do director do Instituto, que será o presidente,
- 2.º De dois membros do conselho escolar, eleitos por este no princípio de cada ano lectivo.
- 3.º De dois delegados da associação comercial de Lisboa, por ela indicados.

§ único. Os delegados da associação comercial de Lisboa terão assento no conselho escolar, sempre que nelé se discutam quaisquer propostas de iniciativa da comissão de aperfeiçoamento do ensino.

Art. 74.º Esta comissão estabelecerá uma ligação entre os alunos diplomados e o comércio, facilitando a queles

a sua colocação, e fornecendo a este o meio de encontrar indivíduos devidamente habilitados.

§ único. Os membros da comissão de aperfeiçoamento tem a faculdade de fiscalizar todos os serviços de ensino.

SECÇÃO VII

Comissão disciplinar

Art. 75.º A comissão disciplinar compõe-se de três professores ordinários, eleitos anualmente pelo Conselho Escolar.

§ único. No impedimento de qualquer dos professores eleitos, antes de findo o ano, deverá o Conselho Escolar substituí-lo.

Art. 76.º Compete à comissão disciplinar, julgar os actos irregulares e de indisciplina, praticados pelo pessoal do Instituto e pelos alunos.

CAPÍTULO III

Administração

SECÇÃO I

Autonomia e comissão administrativa

Art. 77.º O Instituto Superior de Comércio é considerado pessoa moral com capacidade jurídica suficiente para adquirir quaisquer bens, a título gratuito ou oneroso.

Art. 78.º Para a aquisição de bens a que se refere o artigo precedente não é necessária a autorização do Governo, quando esses bens sejam transmitidos livres de quaisquer encargos, sem condições ou obrigações estranhas ao ensino, e sem impugnação de terceiro. No caso contrário é indispensável a autorização superior, sem que esta circunstância possa impedir a aceitação provisória imediata, ficando a definitiva dependente da aprovação do Governo.

§ único. A aquisição será sempre isenta de todos e quaisquer direitos ou impostos.

Art. 79.º Ao Instituto Superior de Comércio pertence todo o material de ensino da secção comercial do extinto Instituto Industrial e Comercial de Lisboa.

Art. 80.º A administração económica do Instituto e dos seus anexos será dirigida pela comissão administrativa.

§ 1.º A comissão administrativa é constituída pelo director e por dois professores ordinários, eleitos anualmente pelo Conselho Escolar na última sessão do ano económico, e começa a desempenhar as suas funções em 1 de Julho.

§ 2.º Esta comissão dará conhecimento de todos os seus actos, ao referido Conselho Escolar, sempre que este lho exija.

Art. 81.º A comissão administrativa compete:

- a) Superintender em toda a administração económica do Instituto;
- b) Propor anualmente ao Conselho Escolar um projecto de orçamento sobre os dados fornecidos por cada um dos professores;
- c) Promover a execução desse orçamento, depois de aprovado pelo Conselho Escolar.

Art. 82.º O Instituto por intermédio da sua comissão administrativa, e só em harmonia com o presente decreto e determinações do Conselho Escolar, fica autorizado a aplicar livremente todas as suas receitas próprias orçamentais, e quaisquer dotações que lhe sejam concedidas pelo Estado ou particulares.

Art. 83.º As receitas dos laboratórios e da secretaria, ou quaisquer outras, pertencerão ao Instituto.

Art. 84.º A comissão administrativa requisitará mensalmente à Repartição de Contabilidade do Ministério do Fomento, as importâncias que lhe forem necessárias levantar, por conta das dotações que tenham sido consignadas no orçamento, para as despesas do Instituto.

Art. 85.º As requisições designarão as importâncias a levantar por cada artigo do orçamento, não podendo exceder respectivamente o duodécimo das verbas autorizadas para pessoal do quadro, mas podendo excedê-lo em relação às verbas destinadas à aquisição de material e ao pagamento de todas as outras despesas.

Art. 86.º A Repartição de Contabilidade do Ministério do Fomento visará as referidas requisições e expedirá-as seguidamente, com as competentes ordens de pagamento, para o Banco de Portugal, como caixa geral do Tesouro, sempre que as verbas expressas caibam dentro das respectivas dotações.

Art. 87.º Sempre que algumas das verbas orçamentais não chegue a ser completamente aplicada no serviço a que se destina, poderá ser transferida para reforçar outras, por indicação da comissão administrativa, feita à Repartição de Contabilidade do Ministério do Fomento.

Art. 88.º O saldo das autorizações orçamentais e todos os das demais dotações, com excepção das destinadas a vencimentos do pessoal, que caducam no fim da gerência, transitarão para as seguintes gerências, a fim das suas importâncias serem aplicadas pela comissão administrativa, como mais convier.

Art. 89.º Ao Conselho Superior da Administração Financeira do Estado será enviada, até ao dia 30 de Setembro de cada ano, a conta geral da receita e dos levantamentos de fundos, arrecadados na última gerência e dos pagamentos efectuados no mesmo período, sendo cobrado recibo da sua entrega. Esta conta deverá ser organizada resumidamente por meses e pelos títulos das receitas e das despesas e assiná-la-há a comissão administrativa, justificando-se sempre o motivo porque deixa de ser assinada por qualquer dos seus vogais, quando se dê esta circunstância.

§ único. Um duplicado da conta goral de que trata este artigo será enviado, pela mesma ocasião da sua remessa ao Conselho Superior da Administração Financeira do Estado, à Repartição de Contabilidade do Ministério do Fomento, a fim de ser publicado no desenvolvimento da sua conta de gerência.

Art. 90.º Os documentos comprovativos dos pagamentos realizados serão rubricados pelo director e por um dos restantes vogais da comissão administrativa, cumprindo à mesma comissão enviá-los ao Conselho Superior da Administração Financeira do Estado, mediante requisição e em troca de recibo. Findo que seja o exame destes documentos, serão devolvidos para arquivo em resgate do referido recibo.

Art. 91.º O Governo poderá, sempre que o julgar conveniente, mandar examinar a escrituração do Instituto e pedir todos os esclarecimentos à comissão administrativa.

SECÇÃO II

Pessoal administrativo e menor

Art. 92.º O pessoal administrativo compõe-se de:

- 1.º Um secretário-guarda-livros.
- 2.º Um amanuense.

§ único. Estes lugares são vitalícios sendo a primeira nomeação temporária e de tirocinio, por dois anos.

Art. 93.º Ao secretário-guarda-livros compete:

- 1.º Superintender nos serviços de secretaria e de contabilidade.
- 2.º Dirigir e fiscalizar o pessoal administrativo o menor no desempenho das respectivas funções.
- 3.º Organizar os mapas estatísticos do movimento escolar.

4.º Regular as despesas do Instituto, nos termos do orçamento aprovado pelo conselho escolar.

5.º Fazer a escrituração digráfica relativa à administração económica do Instituto, sob a inspecção da comissão administrativa.

6.º Processar as folhas da receita e da despesa do Instituto.

7.º Promover a cobrança e efectuar os pagamentos do Instituto e seus anexos.

8.º Regularizar os serviços da biblioteca e cuidar da sua conservação e respectivo catálogo.

Art. 94.º Ao amanuense compete auxiliar o secretário-guarda-livros, segundo as instruções que deste receber.

Art. 95.º O pessoal menor compõe-se de:

- 1.º Um chefe.
- 2.º Três guardas;
- 3.º Um guarda-portão;
- 4.º Seis serventes.

§ único. O director, de acordo com a comissão administrativa, poderá nomear o pessoal jornaleiro indispensável para os diferentes serviços.

Art. 96.º O chefe do pessoal menor superintende:

- 1.º Na guarda, limpeza e conservação do edificio, da mobília e demais objectos de serviço do Instituto;
- 2.º Na direcção e fiscalização do serviço dos guardas, guarda-portão e serventes;
- 3.º No serviço de policia e vigilancia do estabelecimento.

Art. 97.º Os guardas tem por deveres:

- 1.º Coadjuvar o seu chefe em todos os serviços que este lhes ordenar;
- 2.º Fazer todo o serviço que diga respeito às aulas, conforme as instruções dos respectivos professores.

Art. 98.º Os serventes tem por deveres:

- 1.º Efectuar todo o serviço de limpeza do estabelecimento, nas horas que não prejudique o serviço escolar;
- 2.º Obedecer aos superiores em tudo que lhes seja ordenado.

Art. 99.º O guarda-portão tem por deveres:

- 1.º Cumprir as ordens de serviço que lhe forem determinadas superiormente;
- 2.º Abrir e fechar a porta do estabelecimento e velar pela segurança do Instituto;
- 3.º Fazer os toques de sineta para principiar e para acabar cada um dos serviços escolares, em conformidade com o horário;
- 4.º Receber toda a correspondência e entregá-la na Secretaria.

§ único. O guarda-portão tem residência obrigada no edificio, e não poderá ser empregado em quaisquer outros serviços que o desviem da entrada do estabelecimento e o impeçam de cumprir as obrigações fixadas neste artigo.

Art. 100.º Os empregados menores devem apresentar-se no estabelecimento meia hora antes de começar o serviço que lhes compete e não poderão retirar-se sem prévia licença do respectivo chefe.

SECÇÃO III

Secretaria

Art. 101.º A Secretaria do Instituto destina-se à escrituração e expediente relativos aos serviços escolares e administrativos e à guarda dos livros e documentos concernentes aos mesmos serviços.

§ único. A secretaria estará aberta todos os dias úteis, das 10 às 16 horas.

Art. 102.º O conselho escolar, a comissão administrativa e o director, determinarão o número e qualidades dos livros que deverão existir no Instituto e que as necessidades do ensino e da administração venham a exigir.

§ 1.º Todos os livros terão termo de abertura e encer-

ramento assinados, e as folhas numeradas e rubricadas pelo director ou pessoa sua delegada.

§ 2.º Os documentos emanados da secretaria serão autenticados com o selo branco do Instituto.

CAPÍTULO IV

Recrutamento do pessoal

SECÇÃO I

Pessoal docente

Art. 103.º As nomeações para o provimento dos lugares do pessoal docente serão feitas pelo Governo, sob proposta do conselho escolar.

Art. 104.º O provimento dos lugares de professor extraordinário ou auxiliar, far-se-há por meio de concurso de provas públicas e documentais, ou por convite que poderá recair em qualquer individualidade que, pelos seus escritos ou trabalhos na prática, tenha dado provas de muita competência nas matérias da cadeira vaga.

Art. 105.º Logo que se dê alguma vacatura no quadro do pessoal docente, salvo o disposto no artigo 110.º e seu parágrafo, o director convocará o conselho escolar para tratar do preenchimento da vaga. O director ou qualquer outro membro do conselho poderá propor a nomeação por meio de convite feito à individualidade que reúna as condições necessárias para o exercício do lugar.

§ único. Sendo aprovada esta proposta, o director levará ao conhecimento do interessado a resolução tomada e, no caso deste aceitar, proporá ao Governo a sua nomeação.

Art. 106.º Não se preenchendo a vaga pela forma indicada no artigo anterior, abrir-se-há concurso, por provas públicas e documentais, cumprindo ao conselho escolar elaborar os programas e mais instruções relativas a este concurso.

Art. 107.º Sempre que qualquer professor extraordinário tenha completado o seu tempo de tirocinio, o director convocará o conselho escolar a fim deste se pronunciar, por meio de votação, sobre a promoção deste professor.

§ 1.º Sendo favorável esta votação, o director, em nome do conselho escolar, proporá ao Governo que o professor extraordinário seja nomeado professor ordinário, nos termos do artigo 103.º

§ 2.º Se a votação for desfavorável ao professor, será proposta a sua exoneração ao Governo.

Art. 108.º Para o provimento definitivo dos lugares de professor auxiliar proceder-se-há pela forma indicada no artigo anterior e seus parágrafos.

Art. 109.º O director, ouvido o conselho escolar, poderá propor ao Governo a exoneração de qualquer professor extraordinário ou auxiliar, antes de findo o tirocinio de dois anos, se as conveniências do ensino o aconselharem.

Art. 110.º O provimento do lugar de professor ordinário de qualquer das cadeiras 17.ª, 18.ª, 19.ª, 20.ª e 21.ª será feito por promoção do respectivo professor auxiliar.

§ único. Sempre que vague uma destas cadeiras, o professor de qualquer das outras poderá ser transferido para a que vagou, se, ouvido o conselho escolar, o director o propuser, e o Governo concordar nisso. Nesse caso, o professor auxiliar será provido na vaga aberta por efeito de transferência.

Art. 111.º Além do que fica indicado no artigo anterior, os professores ordinários poderão ser transferidos duma para outra cadeira pelo Governo, por proposta do director e voto favorável do conselho escolar.

Art. 112.º Todas as decisões relativas ao recrutamento e provimento definitivo do pessoal docente, só poderão ser tomadas em reunião do conselho escolar especialmente convocada para esses fins, devendo sempre estar presente a maioria dos seus membros votantes.

Art. 113.º O Governo, por proposta do director e voto favorável do conselho escolar, poderá contratar para o ensino, pelo tempo que julgar conveniente, professores estrangeiros com as necessárias habilitações.

SECÇÃO II

Pessoal auxiliar de ensino

Art. 114.º As nomeações para o provimento dos lugares do pessoal auxiliar de ensino serão feitas pelo Governo, sob proposta do conselho escolar.

Art. 115.º Para os lugares de chefe dos laboratórios e conservador do museu só poderão ser escolhidos indivíduos com longa prática de trabalhos técnicos ou de investigações relativas a queles anexos.

§ único. Para o preenchimento destes lugares o director, de conformidade com resolução do conselho escolar, proporá ao Governo os indivíduos que reúnam as condições indicadas no artigo anterior.

Art. 116.º Se o conselho escolar julgar vantajoso para o ensino, poderão estes lugares ser preenchidos por meio de concurso, competindo então ao mesmo conselho fixar as respectivas condições.

Art. 117.º As nomeações do pessoal auxiliar de ensino, são temporárias ou de tirocinio por dois anos, sendo-lhe applicáveis as disposições do artigo 107.º e seus parágrafos.

SECÇÃO III

Pessoal comissionado

Art. 118.º Este pessoal será escolhido pelo director, ouvido previamente o conselho escolar; a sua nomeação é temporária ou de comissão; e as suas funções come-

çam em 1 de Novembro de cada ano, e terminam em 31 de Maio do ano seguinte, podendo ser dispensado de serviço em qualquer época e pelas formas prescritas para a sua nomeação, se as conveniências do ensino assim o aconselharem.

Art. 119.º A escolha dos professores de cada uma das línguas francesa, inglesa e alemã, poderá recair de preferência em indivíduos das respectivas nacionalidades, que possuam as habilitações e conhecimentos necessários para o exercício do cargo.

Art. 120.º A escolha de professores de dactilografia, estenografia e caligrafia, poderá recair em um ou mais indivíduos que possuam a prática e conhecimentos daquelas especialidades.

Art. 121.º O director poderá, se assim o entender, ouvido o conselho escolar, mandar abrir concurso documental ou por provas, para os lugares de professores comissionados.

SECÇÃO IV

Pessoal administrativo e menor

Art. 122.º As nomeações para o provimento dos lugares do pessoal administrativo e menor serão feitas pelo Governo, sob proposta do director.

Art. 123.º O provimento dos lugares do pessoal administrativo e menor será feito em indivíduos que possuam as habilitações e qualidades precisas, para o bom desempenho das suas funções, e é temporário ou de tirocinio por dois anos, findos os quais, se tiverem dado provas de competência e bom serviço, poderão ser nomeados definitivamente, sendo-lhes neste caso contados os anos de tirocinio para os efeitos da reforma.

§ único. Se as conveniências do serviço o aconselharem, poderão estes empregados ser dispensados, antes mesmo de findo o tirocinio, por proposta do director ao Governo.

Art. 124.º Se o director julgar conveniente, poderá abrir concurso para o preenchimento dos lugares do quadro do pessoal administrativo, fixando nesse caso as respectivas condições.

CAPÍTULO V

Disposições comuns relativas ao pessoal

SECÇÃO I

Jubilamento e aposentação do pessoal

Art. 125.º As jubilações e aposentações dos professores ordinários e auxiliares, serão reguladas pela legislação em vigor, salvo as disposições especiais deste decreto.

Art. 126.º A aposentação dos professores ordinários e auxiliares com trinta anos de bom e efectivo serviço, a seu pedido ou sob proposta do director, far-se-há com o ordenado por inteiro, que lhes competia na actividade, pela regência de uma ou duas cadeiras, augmentado de mais um terço.

Art. 127.º Os professores jubilados ou aposentados poderão ser chamados a desempenhar quaisquer funções adjacentes ao magistério dentro do Instituto, sempre que o Governo ou o conselho escolar assim o julguem conveniente.

Art. 128.º Ao pessoal auxiliar de ensino, ao pessoal administrativo e ao pessoal menor, continua a ser mantido o direito de aposentação, a qual será regulada pela lei geral de aposentações.

SECÇÃO II

Licenças e faltas do pessoal

Art. 129.º As licenças aos professores e mais pessoal podem ser concedidas, quando não haja inconveniente para o serviço:

a) Até oito dias, com o vencimento por inteiro, pelo director;

b) De oito até quinze dias, com o vencimento por inteiro, pelo conselho escolar;

c) Por mais de quinze dias, pelo Governo.

§ único. Todas as licenças serão pedidas em requerimento ao director.

Art. 130.º O professor que faltar aos seus deveres no Instituto, perderá a quota parte do vencimento correspondente ao número de faltas que der.

§ único. Exceptuam-se as faltas dadas por motivo de doença, por nojo de família e por serviço judicial obrigatório que forem justificadas, perante o director, dentro do prazo de três dias, a contar da primeira falta.

Art. 131.º O professor deverá participar ao director qualquer impedimento que tenha em virtude do qual, não possa comparecer aos seus deveres escolares, a fim de ser remediada a sua falta, quando seja necessário.

Art. 132.º Os empregados auxiliares do ensino, administrativos e menores, que faltarem sem motivo justificado, perderão a parte do vencimento correspondente aos dias de ausência.

Art. 133.º Os empregados que não puderem comparecer ao serviço deverão participá-lo imediatamente ao director.

Art. 134.º Proceder-se-há disciplinarmente contra quaisquer empregados do Instituto que faltarem habitualmente ao serviço ou que cumpram negligentemente os seus deveres.

SECÇÃO III

Penas disciplinares

Art. 135.º As penas disciplinares applicáveis ao pessoal do Instituto, são:

- 1.º Advertência;
- 2.º Repreensão verbal;
- 3.º Suspensão de exercício e vencimento até oito dias;

- 4.º Repreensão registada;
- 5.º Suspensão de exercício o vencimento até trinta dias;
- 6.º Suspensão de exercício o vencimento até um ano;
- 7.º Demissão.

Art. 136.º A pena de advertência, a de repreensão verbal e a suspensão até oito dias, serão impostas pelo director; a de repreensão registada e a de suspensão até 30 dias, pelo director, ouvida a comissão disciplinar; a suspensão por mais de 30 dias, pelo conselho escolar; e a de demissão, pelo conselho escolar se o funcionário não for de nomeação vitalícia, e sendo-o, pelo Governo, sob proposta do referido conselho.

Art. 137.º Nenhuma penalidade será applicada a qualquer funcionário sem primeiro ser ouvido.

Art. 138.º Das penas applicadas pelo director cabe recurso para o conselho escolar.

CAPÍTULO VI

Disposições gerais e transitórias

Art. 139.º O Governo fará os regulamentos necessários para a execução deste decreto, cujas disposições poderão ser completadas com aditamentos propostos pelo director ou pelo conselho escolar, conforme as necessidades do ensino forem indicando.

Art. 140.º Os vencimentos de todo o pessoal do Instituto Superior de Comércio são os que vão fixados no quadro n.º 4, anexo a este regulamento, e que faz parte integrante dele.

Art. 141.º A applicação das penas disciplinares mencionadas neste decreto, não subtrai o delinquente à imposição doutras que, em virtude das leis penais, são da alçada do poder judicial.

Art. 142.º Se os alunos diplomados constituirem qualquer associação, poderão estabelecer a sede no edificio do Instituto, depois de aprovados pelo Governo os respectivos estatutos e sendo ouvido previamente o conselho escolar.

Art. 143.º Os alunos que actualmente estão matriculados nos cursos comerciais e que tenham aprovação na primeira cadeira, álgebra, geometria no espaço e trigonometria rectilínea, do extinto Instituto Industrial e Commercial de Lisboa, poderão concluir os referidos cursos no Instituto Superior de Comércio, ou optar por qualquer dos cursos novos.

Art. 144.º Os alunos que frequentaram o extinto Instituto Industrial e Commercial de Lisboa, nos anos lectivos de 1903-1904 a 1910-1911, e bem assim os que o frequentam no corrente ano, que tenham aprovação na primeira cadeira daquela extinta escola, poderão matricular-se nos novos cursos do Instituto Superior de Comércio.

Art. 145.º Os alunos que se matricularam no extinto Instituto Industrial e Commercial de Lisboa nos anos lectivos de 1903-1904 a 1911-1912, e não tenham aprovação no exame da primeira cadeira, poderão matricular-se nos novos cursos do Instituto Superior de Comércio, se requererem e obtiverem aprovação num exame de admissão, que constará do programa daquela cadeira.

Art. 146.º Aos alunos do extinto Instituto Industrial e Commercial de Lisboa, que pretendam cursar o Instituto Superior de Comércio, ser-lhes-hão levadas em conta as cadeiras daquela escola em que tenham aprovação, segundo a tabela de equivalências, que será organizada pelo conselho escolar.

Art. 147.º Não sendo possível estabelecer equivalência entre algumas cadeiras do extinto Instituto Industrial e Commercial de Lisboa e as que são regidas no Instituto Superior de Comércio, o conselho escolar resolverá sobre a forma de facilitar aos alunos a terminação dos antigos cursos comerciais.

Art. 148.º Aos funcionários do extinto Instituto Industrial e Commercial de Lisboa, que transitarem para o Instituto Superior de Comércio, são garantidos os direitos e regalias que gozavam à data do decreto de 23 de Maio de 1911, que criou este instituto.

Art. 149.º As disposições deste decreto, relativas à frequência dos cursos, começarão a executar-se no ano lectivo de 1912-1913.

Art. 150.º Fica revogada a legislação em contrário.

Os Ministros das Finanças, dos Estrangeiros e do Fomento assim o tenham entendido e façam executar. Paços do Governo da República, em 7 de Maio de 1912. — *Manuel de Arriaga* — *Augusto de Vasconcelos* — *Sidónio Bernardino Cardoso da Silva Paes* — *José Estêvão de Vasconcelos*.

QUADRO N.º 1

Organização dos cursos

Curso de agentes comerciais

1.º Ano

- 3.ª Cadeira — Física.
- 4.ª Cadeira — Química geral, inorgânica e orgânica e elementos de análise.
- 7.ª Cadeira — Economia política — Estatística — Legislação industrial.
- 8.ª Cadeira — Princípios de direito natural, público, civil e administrativo.

Línguas francesa, inglesa e alemã.
Dactilografia, estenografia e caligrafia.

2.º Ano

- 5.ª Cadeira — Matérias primas.
- 9.ª Cadeira — Direito comercial e marítimo.
- 13.ª Cadeira — Geografia económica — Comunicações e transportes terrestres e fluviais.

- 15.ª Cadeira — Portos comerciais nacionais e estrangeiros — Armamentos marítimos — Exploração comercial do navio — Indústrias do mar.
- 16.ª Cadeira — Mercados comerciais — História do comércio e da indústria. Línguas francesa, inglesa e alemã. Laboratório de análise de matérias primas.

3.º Ano

- 6.ª Cadeira — Análise e classificação pautal de mercadorias — Falsificações.
- 12.ª Cadeira — Direito fiscal — Evolução do imposto — Tratados de comércio.
- 14.ª Cadeira — Geografia económica de Portugal e colónias — Migração e colonização.
- 17.ª Cadeira — Operações comerciais — Contabilidade geral.
- 22.ª Cadeira — Climatologia — Higiene geral e colonial — Profilaxia internacional. Línguas francesa, inglesa e alemã. Laboratório de análise de mercadorias. Escritório comercial.

Curso aduaneiro

1.º Ano

- 3.ª Cadeira — Física.
- 4.ª Cadeira — Química geral, inorgânica e orgânica e elementos de análise.
- 7.ª Cadeira — Economia política — Estatística — Legislação industrial.
- 8.ª Cadeira — Princípios de direito natural, público, civil e administrativo. Línguas francesa, inglesa ou alemã.

2.º Ano

- 5.ª Cadeira — Matérias primas.
- 9.ª Cadeira — Direito comercial e marítimo.
- 10.ª Cadeira — Direito internacional público.
- 13.ª Cadeira — Geografia económica — Comunicações e transportes terrestres e fluviais. Línguas francesa, inglesa ou alemã. Laboratório de análise de matérias primas.

3.º Ano

- 6.ª Cadeira — Análise e classificação pautal de mercadorias — Falsificações.
- 12.ª Cadeira — Direito fiscal — Evolução do imposto — Tratados de comércio.
- 14.ª Cadeira — Geografia económica de Portugal e colónias — Migração e colonização.
- 17.ª Cadeira — Operações comerciais — Contabilidade geral.
- 11.ª Cadeira — Direito internacional privado — Legislação consular. Línguas francesa, inglesa ou alemã. Laboratório de análise de mercadorias. Escritório comercial.

Curso consular

1.º Ano

- 3.ª Cadeira — Física.
- 4.ª Cadeira — Química geral, inorgânica e orgânica e elementos de análise.
- 7.ª Cadeira — Economia política — Estatística — Legislação industrial.
- 8.ª Cadeira — Princípios de direito natural, público, civil e administrativo. Línguas francesa, inglesa ou alemã.

2.º Ano

- 5.ª Cadeira — Matérias primas.
- 9.ª Cadeira — Direito comercial e marítimo.
- 13.ª Cadeira — Geografia económica — Comunicações e transportes terrestres e fluviais.
- 16.ª Cadeira — Mercados comerciais — História do comércio e da indústria. Línguas francesa, inglesa ou alemã. Laboratório de análise de matérias primas.

3.º Ano

- 6.ª Cadeira — Análise e classificação pautal de mercadorias — Falsificações.
- 10.ª Cadeira — Direito internacional público.
- 14.ª Cadeira — Geografia económica de Portugal e colónias — Migração e colonização.
- 17.ª Cadeira — Operações comerciais — Contabilidade geral. Línguas francesa, inglesa e alemã. Laboratório de análise de mercadorias e falsificações. Escritório comercial.

4.º Ano

- 11.ª Cadeira — Direito internacional privado — Legislação consular.
- 12.ª Cadeira — Direito fiscal — Evolução do imposto — Tratados de comércio.
- 15.ª Cadeira — Portos comerciais nacionais e estrangeiros — Armamentos marítimos — Exploração comercial do navio — Indústrias do mar.
- 22.ª Cadeira — Climatologia — Higiene geral e colonial — Profilaxia internacional. Línguas francesa, inglesa ou alemã.

Curso superior de comércio

1.º Ano

- 3.ª Cadeira — Física.
- 4.ª Cadeira — Química geral inorgânica e orgânica e elementos de análise.
- 7.ª Cadeira — Economia política — Estatística — Legislação industrial.
- 8.ª Cadeira — Princípios de direito natural, público, civil e administrativo. Línguas francesa, inglesa e alemã. Dactilografia, estenografia e caligrafia.

2.º Ano

- 1.ª Cadeira — Elementos de álgebra superior — Geometria analítica — Cálculo diferencial.
- 5.ª Cadeira — Matérias primas.
- 9.ª Cadeira — Direito comercial e marítimo.
- 13.ª Cadeira — Geografia económica — Comunicações e transportes terrestres e fluviais. Línguas francesa, inglesa e alemã. Dactilografia, estenografia e caligrafia. Laboratório de análise de matérias primas.

3.º Ano

- 2.ª Cadeira — Cálculo integral e de probabilidades — Estatística matemática.
- 6.ª Cadeira — Análise e classificação pautal de mercadorias — Falsificações.
- 10.ª Cadeira — Direito internacional público.
- 14.ª Cadeira — Geografia económica de Portugal e colónias — Migração e colonização.
- 17.ª Cadeira — Operações comerciais — Contabilidade geral. Línguas francesa, inglesa e alemã. Laboratório de análise de mercadorias. Escritório comercial.

4.º Ano

- 11.ª Cadeira — Direito internacional privado — Legislação consular.
- 15.ª Cadeira — Portos comerciais nacionais e estrangeiros — Armamentos marítimos — Exploração comercial do navio — Indústrias do mar.
- 16.ª Cadeira — Mercados comerciais — História do comércio e da indústria.
- 18.ª Cadeira — Especulação comercial — Contabilidade bancária — Instituições comerciais.
- 20.ª Cadeira — Operações financeiras a longo prazo. Línguas francesa, inglesa e alemã. Escritório comercial. Prática de operações financeiras.

5.º Ano

- 12.ª Cadeira — Direito fiscal — Evolução do imposto — Tratados de comércio.
- 19.ª Cadeira — Contabilidade industrial — Contabilidade do Estado.
- 21.ª Cadeira — Seguros — Instituições de previdência — Contabilidade de seguros.
- 22.ª Cadeira — Climatologia — Higiene geral e colonial — Profilaxia internacional. Línguas francesa, inglesa e alemã. Escritório comercial. Prática de operações financeiras.

QUADRO N.º 2

Propinas

De primeira matrícula	5,000
De inscrição em cada cadeira	1,000
Idem em cada um dos laboratórios	2,500
Idem em cada um dos escritórios comerciais	2,500
Idem em cada uma das línguas francesa, inglesa ou alemã	1,000
Idem nos cursos anuais de dactilografia, estenografia e caligrafia	3,000

QUADRO N.º 3

Emolumentos

Carta do curso, impressa à custa do Instituto	15,000
Certidões de exames, de matrículas, etc., cada	200
Cada ano de busca, exceptuando o corrente	500

QUADRO N.º 4

Vencimentos anuais do pessoal

Director — Gratificação	300,000
Professores ordinários e extraordinários:	
Regendo uma ou duas cadeiras e não exercendo outro cargo público, vencimento de categoria	1:130,000
Regendo uma ou duas cadeiras e exercendo outro cargo público, pelo qual optem para a percepção do vencimento de categoria, vencimento	882,000
Regendo mais de duas cadeiras, por cada uma, além das duas, vencimento de exercício	480,000
Professores auxiliares:	
Não exercendo outro cargo público, vencimento de categoria	900,000
Exercendo outro cargo público, pelo qual optem para a percepção do vencimento de categoria, vencimento	700,000
Chefe de laboratórios	600,000
Conservador do museu, gratificação	300,000
Professores comissionados, limite máximo (sete meses a 60,000 réis)	420,000
Secretário — guarda-livros	900,000
Amanuense	400,000
Chefe do pessoal menor	360,000
Guardas	255,000
Guarda-portão ou servente	216,000

Paços do Governo da República, em 7 de Maio de 1912. — Augusto de Vasconcelos — Sidónio Bernardino Cardoso da Silva Paes — José Estêvão de Vasconcelos.

Para conhecimento das repartições a que competir, e dos interessados, se publicam, para os efeitos legais, os seguintes despachos:

Em portarias de 26 de Abril findo: Francisco Maria Guerreiro, primeiro official do quadro privativo do Ministério de Fomento, chefe, interino, da

Direcção Geral do Comércio e Indústria

Repartição da Propriedade Industrial

Relação das marcas comerciais e industriais transferidas no mês de Abril de 1912

Número da marca	Classe	Data do registo	Data do despacho da cessão	Nome de quem registou a marca	Nome do sessionário
3:954	68.ª	14-10-1899	8-4-1912	Hunt, Roope, Teag & Co.	Hunt, Roope & Co.
4:582	68.ª	21-5-1901	"	Os mesmos	Os mesmos.
4:955	68.ª	18-8-1902	12-4-1912	António Nicolau de Almeida, Vale & Co.	A. Nicolau de Almeida & Co, Limitada.
4:957	68.ª	"	"	Os mesmos	Os mesmos.
4:958	68.ª	"	"	Os mesmos	Os mesmos.
4:960	68.ª	"	"	Os mesmos	Os mesmos.
4:962	68.ª	"	"	Os mesmos	Os mesmos.
6:697	2.ª	5-7-1904	28-4-1912	Aktiebolaget Bergman Hummel & Co	Baltiska Travarn Aktiebolaget.

Direcção Geral do Comércio e Indústria, em 30 de Abril de 1912. — O Director Geral, M. Correia de Melo.

1.ª Secção da Repartição do Comércio — nomeado definitivamente chefe da mesma secção. Silvestro Correia Belém, primeiro official do referido quadro — nomeado chefe da 2.ª Secção da dita Repartição.

(Tem o visto do Conselho Superior da Administração Financeira do Estado, de 6 do corrente).

Secretaria Geral, em 10 de Maio de 1912. — O Secretário Geral, António Maria da Silva.

Administração Geral dos Correios e Telégrafos

1.ª Direcção

1.ª Divisão

Despachos efectuados nas datas abaixo indicadas

Em 7 de Maio de 1912: . . .

Cacilda Olímpia das Neves Pinto, encarregada da estação telégrafo-postal da Zibreira — transferida, por conveniência de serviço, para idêntico lugar em Vila Flor. Arminda Berta Rodrigues — nomeada para o lugar de encarregada da estação telégrafo-postal em Zibreira, nos termos do artigo 240.º do decreto organico de 24 de Maio de 1911, com o vencimento anual de 200,000 réis. (Visto do Conselho Superior da Administração Financeira do Estado em 8 de Maio de 1912).

Por portaria de 10 do corrente:

José Rodrigues, boletineiro de 2.ª classe da cidade de Lisboa — demittido, por se achar incurso no artigo 341.º do decreto organico acima citado.

Administração Geral dos Correios e Telégrafos, em 11 de Maio de 1912. — O Administrador Geral, António Maria da Silva.

2.ª Direcção

1.ª Divisão

Tendo sido vistoriadas, pela fiscalização técnica do Governo, as instalações eléctricas de Emilio Biel, nas suas propriedades e hotéis do Gerez e para iluminação pública e particular do Gerez, e julgadas em condições de ser exploradas: manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro do Fomento, em presença do parecer da Administração Geral dos Correios e Telégrafos, que seja autorizado o citado Emilio Biel a explorar as mesmas instalações.

Paços do Governo da República, em 10 de Maio de 1912. — O Ministro do Fomento, José Estêvão de Vasconcelos.

6.ª Direcção

Anuncia-se, em observância da carta de lei de 24 de Agosto de 1848 e decreto com força de lei de 5 de Dezembro de 1910, haverem Inocência Augusta Cândida Carmo Velho, Irene Cândida Carmo Velho, Delfina Cândida Carmo Velho e José Cândido Carmo Velho, requerido o pagamento do que ficou em dívida a seu falecido marido e pai, José do Carmo Velho Júnior, que era 2.º aspirante do quadro telégrafo-postal em Évora (processo n.º 25).

Qualquer pessoa que também se julgue com direito a esse pagamento ou a parte dele requeira pela 6.ª Direcção, dentro do prazo de trinta dias, findo o qual será resolvida a pretensão.

Administração Geral dos Correios e Telégrafos, em 2 de Maio de 1912. — O Administrador Geral, António Maria da Silva.

Anuncia-se, em observância da carta de lei de 24 de Agosto de 1848, e decreto com força de lei de 5 de Dezembro de 1910, haver Antónia Maria Dias, requerido o pagamento do que ficou em dívida a seu falecido filho Carlos Maria Felgueiras, que era distribuidor supranumerário em Ponte da Barca (processo n.º 26).

Qualquer pessoa, que também se julgue com direito a esse pagamento ou a parte dele, requeira pela 6.ª Direcção, dentro do prazo de trinta dias, findo o qual será resolvida a pretensão.

Administração Geral dos Correios e Telégrafos, em 2 de Maio de 1912. — O Administrador Geral, António Maria da Silva.